

BOLETIM 65

Brasília, 19 de fevereiro de 2016

Trabalhadores querem prioridade para a agenda pelo desenvolvimento

Os trabalhadores brasileiros, através das Centrais Sindicais, decidiram, por unanimidade, dar prioridade à agenda pelo desenvolvimento, na discussão com o governo e com as representações empresariais.

Na última quarta-feira(17), durante reunião com o ministro do Trabalho e da Previdência, Miguel Rosseto e o secretário especial do Trabalho, José Lopez Feijó na sede da Nova Central, em Brasília – uma prévia à reunião que aconteceu no mesmo dia, à tarde, no Palácio do Planalto, com demais ministros, as Centrais Sindicais (Nova Central, Força Sindical, CUT, CSP e UGT) foram unânimes em reafirmar a prioridade que deve ser dada aos sete pontos constantes do documento “Compromisso pelo Desenvolvimento”, aprovado no mês de dezembro e entregue já entregue à presidente Dilma Rousseff. Participaram, também, da reunião com as Centrais a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o representante das confederações nacionais patronais, e o diretor técnico do DIEESE, Clemente Luz.

Além desses sete pontos, as Centrais decidiram incluir mais duas questões consideradas importantes para a retomada do crescimento e a geração de empregos no país: a abertura de crédito consignado para os trabalhadores do setor privado,



Reunião no Planalto entre ministros, Centrais Sindicais e representações empresariais

lastreado pelo FGTS, com juros inferiores aos praticados pelo mercado (uma reunião do Conselho do FGTS está programada para o dia 26 de fevereiro para discutir e aprovar a medida); e a abertura de novos créditos através, também, de recursos do FGTS.

Rosseto – O ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, afirmou, na ocasião, que, nos próximos 60 dias, o governo quer construir com entidades de trabalhadores e empresários convergências e opiniões sobre a Previdência para, a partir de maio, encaminhar iniciativas junto ao Congresso Nacional.

Segundo Rosseto, que coordenou a reunião, o governo não tem uma proposta fechada e nesse prazo uma comissão tripartite criada hoje vai analisar diagnósticos e testar hipóteses. “Abrimos um diálogo e vamos buscar a convergência num ambiente aberto de debate no Fórum”. A referência segundo o ministro, é o modelo previdenciário solidário que tem sido grande instrumento de inclusão social. “Queremos mudanças corretas pautadas pela manutenção de um sistema solidário com sustentabilidade financeira no médio e longo prazo. Queremos uma Previdência justa, solidária e sustentável”.

No Fórum, o secretário especial da Previdência, Carlos Gabas, apresentou sete temas para construir diagnósticos e organizar o debate para embasar futuras propostas: Demografia e idade média das aposentadorias; Financiamento da previdência social: receitas, renúncias e recuperação de crédito; Diferenças de regras entre homens e mulheres; Pensões por morte; Previdência Rural: financiamento e regras de acesso; Regimes próprios de Previdência; Convergência dos sistemas previdenciários.

Retomada do crescimento - Na primeira parte do Fórum, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, apresentou um conjunto de medidas que estão sendo tomadas pelo governo para a retomada do crescimento. A apresentação é a resposta do governo federal ao documento Compromisso pelo Desenvolvimento entregue à presidenta Dilma Rousseff pelas entidades representadas no Fórum em dezembro. Segundo Rossetto, todos os temas como investimentos, geração de emprego, ampliação de crédito continuam a ser debatidos.

Também participaram da reunião os ministros Jaques Wagner (Casa Civil), Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) e do Planejamento (Valdir Simão), além do secretário do Trabalho, José Lopez Feijó.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM
MTE*



Mazinho (segundo da direita para a esquerda), na reunião com o ministro Rossetto, secretário Feijó, presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, e demais representantes das Centrais Sindicais na sede da Nova Central

Mazinho defende construção como a “prioridade das prioridades”

O presidente da CONTRICOM e vice-presidente da Nova Central, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que representou a NCST juntamente com seu presidente, José Calixto Ramos, nos dois encontros, voltou a defender “a imediata liberação de recursos para a construção civil, como a forma mais eficiente e rápida de retomar o crescimento e a empregabilidade no país. Construção e agricultura, investir em obras e na produção de alimentos, pois são setores estratégicos para dar respostas de curto prazo que precisamos”.

Mazinho informou que tratou esse assunto pessoalmente com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, quando defendeu que, “pelo menos, 30% dos R\$ 83 bilhões que o governo pretende injetar



na economia sejam destinados à construção, pela sua capacidade de impactar positivamente toda uma cadeia produtiva, gerando emprego, renda e, conseqüentemente, aumentando o poder de consumo da população. Afinal, é um segmento que ainda emprega hoje cerca de 13 milhões de trabalhadores”.

“Essa é a prioridade das prioridades”, enfatizou, lembrando que isso ajudaria a quitar a dívida com o setor, calculada em R\$ 9 bi e a injetar novos recursos em obras e incentivos às pequenas e médias empresas do setor.

“São pelo menos 50 segmentos econômicos a serem favorecidos com a retomada das atividades da construção civil em nosso país”, afirmou o dirigente sindical, acrescentando que “não tem sentido, não tem lógica o governo querer resolver os problemas da previdência e tributar ainda mais as empresas, com a instituição da CPMF, com a economia em recessão”.

“Primeiro, vamos voltar a crescer, depois discutimos os outros temas, até porque, com o país em crescimento, será muito mais fácil a sociedade absorver uma eventual reforma previdenciária e novos tributos, mas, mesmo assim, é preciso estudar bem a questão da reforma previdenciária, pois vários especialistas, inclusive a ANFIP, já demonstraram que, quando são contabilizados alguns tributos, a previdência é superavitária e não deficitária, como estão afirmando para justificar tal reforma”, afirmou.

Mazinho avaliou que “o governo parece que está querendo apenas agradar o mercado, vender uma imagem aos chamados investidores estrangeiros, ao priorizar a reforma da Previdência e a CPMF, esquecendo-se de priorizar as forças do trabalho e da produção. Com isso, corremos o risco

de perder direitos e sobrecarregar ainda mais o setor produtivo”, ressaltou.

E argumentou que a Medida Provisória 665 de alguma forma já promoveu uma mudança na Previdência, com a introdução da regra 85/95, não havendo necessidade de novas mudanças, agora.

Acordos de leniência - “Quanto às grandes, elas deverão ser enquadradas nos acordos de leniência, cuja regulamentação está sendo estudada pelas Centrais junto com a OAB e outros especialistas, pois precisamos saber se o melhor caminho para resolver a leniência, sem que ela represente a impunidade dos que se envolveram em irregularidades e ilícitudes, é a Medida Provisória 703/2015 ou o Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional. Uma coisa é certa – salientou Mazinho, qualquer que seja a solução ela não poderá entrar em conflito com a atual legislação anti-corrupção vigente no país”. E lembrou que uma nova reunião está prevista para o próximo dia 29, em São Paulo, no DIEESE, entre as Centrais, com a participação da OAB e outros especialistas em tributação, para tratar da questão.

Dívida Pública e dívida com a Previdência - Segundo o presidente da CONTRICOM, as Centrais Sindicais, na reunião com o governo, foram unânimes em defender a agenda do desenvolvimento e criticaram os excessivos gastos com a dívida pública, que consumiu cerca de meio trilhão o ano passado e deverá consumir R\$ 900 bilhões este ano se for mantida a atual taxa de juros pelo Banco Central (Selic).

Outro ponto levantado pelas Centrais foi a necessidade do governo priorizar a cobrança da dívida com a Previdência Social, calculada em aproximadamente R\$ 400 bilhões.



Mazinho defendeu que o governo, através de uma norma legal, estenda a fiscalização do uso dos recursos a serem destinados à construção civil às entidades sindicais. “Está comprovado que o governo não tem estrutura para fiscalizar todas as obras e elas precisam ser bem feitas para justificar o investimento que a sociedade como um todo está fazendo”.

“Com isso, argumentou, vamos poder ajudar a combater a informalidade que o governo pretende fiscalizar mas não tem condições”, argumentou Mazinho. “Essa competência pode ser estendida aos sindicatos, às Centrais”, defendeu.

O presidente da CONTRICOM disse que “tanto a Confederação como a Nova Central esperam que o governo tenha sensibilidade em relação às propostas apresentadas pelas Centrais pois elas tem um único e fundamental objetivo: priorizar a retomada do crescimento, a defesa dos empregos e a recuperação dos postos de trabalho que foram destruídos nesses últimos tempos”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Trabalhadores e empresários divergem sobre idade mínima para aposentadoria

Representantes dos trabalhadores e dos empresários divergem sobre a instituição de uma idade mínima para a aposentadoria, uma das possibilidades consideradas pelo governo para a reforma da Previdência. Eles também discordam a respeito da equiparação da contribuição para

homens e mulheres. Os assuntos foram debatidos em reunião do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, no Palácio do Planalto.

Durante o encontro, o governo não formalizou qualquer proposta. O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e o secretário especial da Previdência Social, Carlos Gabas, apenas expuseram dados e ações do Executivo.

Na contramão dos representantes dos trabalhadores, a gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena, disse que a entidade é a favor da idade mínima para a aposentadoria e da equiparação entre homens e mulheres.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que também enviou representante ao fórum defende a proposta de idade mínima para aposentadoria em 67 anos e o aumento do tempo de contribuição para os novos integrantes da Previdência, em razão do aumento da expectativa de vida da população brasileira.

A CNC também é a favor de igualar as condições para aposentadoria entre homens e mulheres e de estabelecer contas separadas para a Previdência urbana, de caráter contributivo, e rural, de caráter assistencial.

Em entrevista coletiva após a reunião, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, coordenador das discussões do fórum, disse que as condições de vida das mulheres melhoraram nos últimos anos e que é preciso estudar essas mudanças.

Fonte: Agência Brasil



CCJ do Senado aprova PEC que passa causas trabalhistas contra a União à Justiça Federal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 127/2015) que transfere da Justiça estadual para a Justiça federal a competência para o julgamento de causas decorrentes de acidentes de trabalho nas quais a União e as causas em que entidade autárquica ou empresa pública federal sejam partes. A proposta segue agora para votação no Plenário do Senado.

A PEC 127/2015 foi apresentada pelo senador José Pimentel (PT-CE) com o objetivo de agilizar o julgamento de causas previdenciárias. A proposta foi relatada na CCJ pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), que fez ajustes no texto original. Um destes ajustes é não passarão para os juízes federais as causas envolvendo sociedades de economia mista relacionadas com processos de falência, de competência da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho.

Segundo justificou Pimentel no texto de apresentação da PEC, a Justiça federal tem sido mais ágil no julgamento dos processos.

Fonte: Agência Senado

Senadora diz que governo pune trabalhador ao não corrigir tabela do IR

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que o governo federal pune o trabalhador ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda pela inflação que, conforme lembrou, já passou os 10%. Ela citou especialistas no assunto que afirmam que o aumento da inflação e a consequente correção salarial fazem o trabalhador isento cair nas faixas de contribuição. Com isso, muitos que não pagavam, vão passar a pagar, afirmou.

Por isso, Ana Amélia defendeu a aprovação de projeto que apresentou em 2014 ao Senado, e que no final do ano estava em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, estabelecendo que a tabela do Imposto de Renda seja corrigida sempre pela inflação.

Ela acrescentou que a atualização da tabela do Imposto de Renda representaria um alívio de até 60% no valor do imposto a pagar.

- O contribuinte poderia, se a tabela estivesse devidamente corrigida pela inflação, ter um alívio no valor do imposto. Mas o governo, ao contrário, preferiu aumentar a carga dos trabalhadores, disfarçadamente, na surdina. Quem estava apertado, agora está ainda mais, com maiores dificuldades - protestou a senadora.

Fonte: Agência Senado



Rose de Freitas manifesta preocupação com reforma da Previdência

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) manifestou preocupação com a anunciada reforma previdenciária, que o governo deve encaminhar ao Congresso Nacional.

Segundo a senadora, não há ainda aceitação popular ampla sobre a unificação da idade exigida para homens e mulheres conseguirem a aposentadoria. Rose disse que o governo trabalha com uma idade única para a aposentadoria, independentemente do gênero. Hoje, as mulheres se aposentam cinco anos mais cedo que os homens.

Para a senadora, é preciso reconhecer as diferenças que ainda existem, pois a mulher tem “dupla e até tripla jornada”. Ela reconheceu, porém, que o tema é polêmico, precisa ser discutido e enfrentado, já que a Previdência Social vem registrando seguidos déficits.

— É preciso enfrentar de uma vez a reforma da Previdência, até para ter uma perspectiva de um orçamento mais equilibrado no setor público — afirmou a senadora.

Fonte: Agência Senado

Líderes acertam com Renan votações prioritárias; PLS 155 foi retirado de pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) realizou reunião com os líderes partidários para definir a pauta de votações dos próximos dias. Assim, ficou acertado e foi votado em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição que impede a União de transferir qualquer encargo ou prestação de serviços aos estados, ao Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio (PEC 128/15).

Também foi lida a MP 692/15, que aumenta o imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital decorrente da alienação de bens e direitos de qualquer natureza. A proposta tranca a pauta de votações do plenário.

Pelo acordo de líderes, saiu da pauta o PLS 555/15, que trata do estatuto das estatais, elaborado por Comissão Mista do Congresso, cujo relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Pressão sindical contra o PLS 155/15 - O projeto foi retirado da pauta em razão da pressão dos trabalhadores, que ocuparam o Senado, num ato de protesto contra o PLS 555/15, que ameaça as estatais brasileiras.

Representantes da CTB, CUT, Nova Central, Intersindical, CSP-Conlutas e entidades que compõem o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas buscaram apoio dos senadores para impedir a aprovação da proposta que, se



chancelada pelo plenário, abre caminho para a privatização do patrimônio público.

Outras propostas - Os líderes ainda não chegaram, segundo a Agência Senado, a um consenso sobre a votação do PLS 131/15, do senador José Serra (PSDB-SP), que desobriga a Petrobras de participar com no mínimo 30% dos investimentos aplicados na exploração do pré-sal. Isto é, pelo projeto, petroleiras estrangeiras concorrentes da Petrobras poderão explorar o pré-sal.

O projeto ainda depende dos pareceres da CCJ e das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI), que poderão ser lidos no plenário.

Ficou acertado também que Renan se reunirá com cada partido para aprofundar os entendimentos em relação às próximas votações. A primeira bancada a se reunir para tratar da agenda de votações será o PSDB.

Fonte: Diap

Governo fecha acordo salarial com médicos peritos do INSS

Após mais de cinco meses de greve, governo e médicos peritos do INSS chegam a um acordo. Segundo a Associação Nacional de Médicos Peritos o trabalho deve começar a voltar à normalidade no dia 22. Os profissionais terão seis meses para repor as horas não trabalhadas. O próprio INSS se encarregará de entrar em contato com os segurados para reagendar a perícia.

Durante os 165 dias da greve, que começou em 4 de setembro do ano passado, a estimativa, segundo nota do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é de que 1,3 milhão de perícias médicas deixaram de ser realizadas. Mesmo depois que os médicos anunciaram, em meados de janeiro, a volta ao trabalho em estado de greve, o atendimento vinha ocorrendo de forma parcial. Daqui para a frente terá de ser totalmente normalizado. O INSS informa que entrará em contato, através do 135, com os segurados, para que eles fiquem sabendo da nova data da agenda para fazerem a perícia.

Segundo o Ministério do Planejamento, o compromisso firmado estabelece o atendimento de todas as perícias médicas não realizadas no período e a reposição das horas não trabalhadas nas agências do INSS. O governo, além de suspender novos cortes de ponto, vai devolver os valores descontados. O termo de acordo tem vigência de quatro anos e estabelece reajuste de 27,9% em quatro parcelas. A primeira será paga em agosto, no percentual de 5,5%. As demais, sempre no mês de janeiro, em 2017, 2018 e 2019.

Fonte: Portal EBC

Danos morais e materiais são garantidos a filhos de trabalhadora vítima de acidente de trabalho

Em julgamento ao Recurso Ordinário nos autos do processo nº 0000382-53.2014.5.08.0131, os Desembargadores da 3ª Turma do Tribunal



Regional do Trabalho da 8ª Região reformaram sentença de 1º grau, reconhecendo unanimemente o direito dos reclamantes ao recebimento de indenizações por danos morais e materiais devido a morte de trabalhadora em acidente de trabalho. Como fundamento foi adotada a responsabilidade objetiva na forma do Art. 927, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

A vítima laborava como Supervisora de Contratos desde agosto de 2013, contratada pela empresa Makro Engenharia. O acidente de trabalho que vitimou a genitora dos reclamantes, menores de idade, ocorreu em novembro de 2013 quando a mesma dirigia veículo da empresa em direção a mina N-5, na Serra dos Carajás-PA, para entrega de um contrato da reclamada à tomadora do serviço.

Conforme o Acórdão, “a reclamada e real empregadora da de cujus, a expôs ao risco inerente à atividade de motorista na medida em que, apesar de não ser sua atribuição, permitia e tolerava que empreendesse viagens em estrada como aquela em que ocorreu o sinistro”. Além disto, o laudo pericial apresentado nos autos foi considerado sem valor pela relatora, pois os peritos não estiveram no local do sinistro, elaboraram o laudo no dia seguinte ao acidente sem a presença dos veículos envolvidos, e o fizeram sob encomenda da reclamada, por quem foram pagos.

Assim, foi deferido a título de indenização por danos morais, o valor de R\$ 400 mil, e a título de indenização por danos materiais, o equivalente a 2/3 da remuneração da obreira, observando o limite de 25 anos de vida dos filhos menores de idade, sendo tal conta a partir da data da morte da trabalhadora.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)